



ENTRE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Julia Lolis

Carmem Rejane Pacheco Porto

Universidade Federal do Rio Grande

julialolis1@hotmail.com

Objetivos

O resumo expandido tem como objetivo analisar de que maneira as mudanças no poder governamental (inerentes ao regime democrático) impactam na formulação, implementação e continuidade de políticas públicas para a agricultura familiar.

Métodos e Procedimentos

O levantamento foi realizado por meio de pesquisa exploratória, que auxiliou na definição e seleção dos dados mais adequados ao objeto de estudo (Kühn, 2017). As palavras-chave foram retiradas diretamente dos objetivos da pesquisa e os termos utilizados foram: políticas públicas, agricultura familiar, formulação e mudança governamental, combinados com o operador booleano AND e, em alguns casos, pesquisados separadamente. As buscas foram feitas em livros, revistas científicas, anais de simpósios e congressos.

Resultados

O reconhecimento da agricultura familiar é considerado um processo recente que, para Schneider e Cassol (2008), ocorreu em um contexto político (pós ditadura militar) e econômico (Plano Real) específico no Brasil. A redemocratização do país e a ampliação das liberdades políticas possibilitaram maior

organização e articulação dos movimentos sociais no campo, que passaram a se mobilizar de forma mais estruturada na busca de direitos e reconhecimento de suas demandas.

A legitimação da categoria veio através da primeira política pública instituída para o setor: o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1995, pelo governo do então presidente Fernando H. Cardoso (PSDB). Posteriormente, em 1999, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão responsável por coordenar e mediar as políticas e as questões relacionadas ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar no país.

A partir de 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), observou-se uma intensificação na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil. Nesse período, foi instituído o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), com o objetivo de ampliar os espaços de participação social e fortalecer a interlocução entre os movimentos sociais do campo e o governo federal. Ao longo dos anos seguintes, foram consolidados instrumentos de apoio ao setor, como o Plano Safra da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).



Em 2016, o cenário político brasileiro sofreu uma mudança significativa com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a ascensão do vice Michel Temer (PMDB) à presidência. Seu governo adotou uma agenda de austeridade fiscal que impactou significativamente os segmentos historicamente vulnerabilizados, entre eles a agricultura familiar. Como uma de suas primeiras medidas, destaca-se a extinção do MDA, com a transferência de suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), sinalizando uma mudança na condução das políticas agrárias. Além disso, houve a implementação de cortes orçamentários, alterações no Censo Agropecuário e redução de subsídios, como os relacionados à tarifa de energia elétrica rural, afetando negativamente o setor.

A eleição de Jair Bolsonaro (PSL) em 2019, marcou o aprofundamento do cenário de retrocessos para a agricultura familiar. No primeiro ano de governo, foram liberados 474 novos agrotóxicos para uso nas lavouras (PERIN, 2020), evidenciando um alinhamento mais direto aos empresários rurais. Além disso, a expressão “agricultura familiar” deixou de constar nos instrumentos orçamentários, ao mesmo tempo em que a gestão dessas políticas foi transferida para o Ministério da Agricultura, tradicionalmente voltado aos empresários rurais. Ademais, foram extintos o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o CONDRAF, o que representou um enfraquecimento dos espaços de participação social e de construção das políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

Em 2023, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, observa-se a retomada de um projeto político voltado à reconstrução institucional, à valorização da agricultura familiar e ao fortalecimento de mecanismos democráticos e participativos. Nesse contexto, destacam-se a reativação do CONSEA e o restabelecimento do MDA como ministério independente.

Também foram implementadas iniciativas importantes, como o Desenrola Rural, além da destinação de R\$89 bilhões ao Plano Safra da Agricultura Familiar, indicando uma reorganização das políticas públicas em favor do setor. Apesar dos avanços, permanece uma diferença expressiva na alocação de recursos quando comparada à agricultura empresarial, que recebeu R\$516,2 bilhões. Essa disparidade evidencia que, embora haja uma retomada relevante no apoio à agricultura familiar, ainda existem limites na sua priorização dentro da agenda estatal.

Conclusões

Evidencia-se que as políticas públicas voltadas à agricultura familiar permanecem altamente vulneráveis às mudanças de governo, sofrendo mudanças significativas conforme a orientação político-ideológica de cada gestão. Esse movimento demonstra que tais políticas ainda não se consolidaram como políticas de Estado, mantendo-se, em grande medida, dependentes de projetos políticos específicos. Nesse sentido, torna-se fundamental o fortalecimento de marcos institucionais mais estáveis, capazes de garantir a continuidade e a efetividade dessas ações para além das alternâncias de poder.

Referências

- Kühn, Daniela Dias. Pesquisa e análise de dados: problematizando o rural e a agricultura numa perspectiva científica. UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017
- Schneider, S. y Cassol, A. A agricultura familiar no Brasil. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile
- Perin, Gabriela. As mudanças na agenda governamental para políticas de agricultura familiar de 2015 a 2019. 2020.